

ESPAÇO DE MOÇAMBIQUE NAS RELAÇÕES BRASIL-ÁFRICA: BREVE ANÁLISE DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA PARA A ÁFRICA

Arcenio Francisco Cuco¹

Resumo

Embora as relações Brasil-África sejam marcadas por avanços e recuos, indubitavelmente, no quadro da política externa desenvolvida pelo governo Lula (sem se tirar mérito aos seus antecessores) assumiram um papel de destaque. Durante o Governo Lula, o esforço de aproximação com a África ganhou impulso, não só pelo papel renovado do continente africano na política internacional, como última fronteira da internacionalização econômica, mas também pela adoção de uma linha de política externa que privilegia o multilateralismo, com ênfase no Hemisfério Sul. O objetivo desse artigo é analisar o impacto da Política Externa Brasileira (PEB) na África, buscando entender o espaço que Moçambique ocupa dentro dessa política. A pergunta que guia as ideias exposta no texto é a seguinte: Como Moçambique está inserido no plano da Política Externa Brasileira para a África? A revisão bibliográfica e a análise de alguns documentos constituíram o principal caminho de busca de informação que sustentam as ideias apresentadas no artigo.

Palavras-chave: África. Brasil. Moçambique. Política Externa.

Recebido em 31 de agosto de 2018 e aprovado para publicação em 29 de dezembro de 2018

¹ Professor do Instituto Superior de Ciências e Gestão de Nacala. Correio eletrônico: arcuco@yahoo.com.br

Introdução

As relações Brasil-África têm sido marcadas ao longo do tempo por avanços e recuos devido a diversos fatores conjunturais. O catapultar das relações tem como principal símbolo o governo Lula que deu uma especial atenção à África, intensificando os laços de cooperação dentro do espectro da cooperação sul-sul. Contudo, não se pode deixar de destacar a importância do Governo Jânio Quadro, que após quase um século do fim das relações entre os dois lados, se reaproximou do continente no quadro da sua Política Externa Independente (PEI).

Embora tenham transcorrido vários governos desde a reaproximação de Jânio Quadro ao continente, foi durante o Governo Lula que o esforço de aproximação com a África ganhou visibilidade, não só pelo papel renovado do continente africano na política internacional, como última fronteira de internacionalização econômica, mas também “pela adoção de uma linha de política externa que privilegia o multilateralismo, com ênfase no hemisfério sul²”.

Como destaca Saraiva (2015):

Uma renovada política africana do Brasil rompe com os aspectos do passado e costura uma nova forma³ de agir no espaço atlântico. É uma política externa de associação anti-hegemônica, ligada às demandas do Sul das relações internacionais do novo século XXI, mas sem bravatas. É uma política não ideológica, sem passionalidades ou ideologias, mas com interesses e valores comuns que necessitam ser tratados no plano prático, em especial na eficácia das negociações em curso. O novo discurso do Brasil para a África apresenta linha de reflexão mais consistente para o campo do desenvolvimento social e econômico de suas populações. Uma política consistente do Brasil para a África leva em conta os fatores de interesse, mas não poderá ser reduzida a esse campo. Exportação de produtos brasileiros, compra de petróleo, internacionalização das empresas brasileiras na África e poder a ser compartilhado no mundo do Sul por meio de pressões e coalizões ocupam papel central na retomada da política africana do Brasil, mas não podem ser os únicos fatores de aproximação¹ (SARAIVA, 2015, p.119)

Entretanto, como o próprio autor admite, o Brasil também procura, de alguma forma, nesta era, trazer novos parceiros e revalorizar a tradição universalista da política exterior do Brasil, que trouxe bons resultados no que se refere à inserção internacional do país.

² VIZENTINI, Paulo Fagundes: A África e as Potências Emergentes: Nova partilha ou cooperação Sul-Sul. Editora Leitura XXI, Porto Alegre, 2013, p.81.

³ SARAIVA, J. F. S. A África no século XXI: ensaio acadêmico. Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília, 2015.

O objetivo desse artigo é analisar o impacto da Política Externa Brasileira (PEB) na África, buscando entender o espaço que Moçambique ocupa dentro dessa política. A pergunta que guia as ideias exposta no texto é a seguinte: Como Moçambique está inserido no plano da Política Externa Brasileira para a África?

A principal constatação é de que dentro das relações Brasil-África, Moçambique tem ganhado um espaço de relevo desde o primeiro encontro realizado em 1985, entre o então presidente do Brasil José Sarney e o malogrado presidente de Moçambique Samora Moisés Machel. Daquele encontro para cá, todos os presidentes que se seguiram no Brasil visitaram o país. Moçambique se tornou o país onde há mais projetos da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), que em todos os demais Estados da África Austral e Oriental somados e o impacto do crescimento dessa cooperação se traduz também em aumento das relações comerciais consolidadas a partir de 2003.

A revisão bibliográfica e a análise de alguns documentos constituíram a principal metodologia de busca de informação que sustentam as ideias apresentadas no artigo.

1. Relações Brasil – África

1.1 Governo Jânio Quadros

As relações Brasil-África têm uma gênese que remota ao tempo de escravidão (século XVI-XIX). Pode-se considerar que elas surgem na primeira fase da PEB que remete à colonização portuguesa e a hegemonia inglesa no Brasil⁴. Ao lado da Europa, o Brasil criou um triângulo econômico com a África, no qual o continente africano contribuía com escravos que constituíam a mão-de-obra nas grandes plantações no Império. O vínculo entre o Brasil e a África se rompeu com o fim do tráfico de escravos e a dominação europeia do continente⁵.

A primeira preocupação de reaproximação entre o Brasil e a África surgiu quase um século depois (1960) durante a gestão Quadros/Arino, tendo-se estendido até ao fim do governo do Estado Novo e no período Dutra. Nesta altura, o Brasil buscava redefinir sua inserção internacional num contexto marcado pela hegemonia das grandes potências. Essa relação envolvia aspectos múltiplos, agrupáveis em três ordens de natureza: econômica, política e estratégica.

⁴ VIZENTINI, Paulo Fagundes. O Brasil e o mundo. A política externa e suas fases. Ensaios FEE, 1999, p. 134-154.

⁵ VIZENTINI, Paulo Fagundes. A África e as Potências Emergentes: Nova partilha ou cooperação Sul-Sul. Op. Cit. p.82.

No aspecto de ordem econômica, de acordo com Penha⁶, havia o problema de competitividade entre os produtos primários africanos e brasileiros no mercado internacional como resultado das relações coloniais privilegiadas que a África vinha mantendo com potências europeias. Os problemas políticos assentavam-se nas relações do Brasil com Portugal e os debates concernentes à formação da comunidade luso-brasileira que incluía a questão das colônias portuguesas em África. Já o aspecto estratégico abrangia as primeiras consequências do processo de descolonização da África sobre os interesses do Brasil na região do Atlântico Sul.

Assinala Penha que o interesse brasileiro pela África se sustentava na ideia de que o desenvolvimento econômico assim como a capacidade de exercício de uma influência regional “deveriam evoluir no mesmo sentido”. Assim, a África passaria a ser vista como um novo espaço de exercício da influência brasileira na região do Atlântico Sul. Entretanto, mais do que uma estratégia comercial, havia também questões militares, já que o Brasil via o Atlântico Sul como uma região para o equilíbrio de forças com o ocidente. Este fato pode ser constatado no trecho que se segue:

No Atlântico Sul, os militares reforçaram o interesse brasileiro na região dentro das premissas de segurança ocidental, propugnando pela natureza da cooperação militar que deveria existir entre o Brasil e a África do Sul, os dois países que haviam demonstrado, desde a Segunda Guerra Mundial, a importância da região para o equilíbrio de forças no mundo ocidental. Portanto, mais do que uma simples parceria comercial, os parâmetros ideológicos da Guerra Fria eram os que mais aproximavam os dois países que partilhavam das mesmas aspirações democráticas e cristãs. Nesse sentido, a área meridional do Atlântico Sul seria mais bem protegida da presença comunista se os dois países estivessem junto, cada um em seu respectivo continente, na defesa dos interesses da aliança ocidental⁷.

Outro marco importante nas relações Brasil-África aconteceu durante a gestão Quadros/Goulart, com a sua Política Externa Independente (PEI), que procurou novas formas de inserção internacional do Brasil não vinculada exclusivamente ao Ocidente. A PEI caracterizou-se por postular diretrizes universais não excludentes; pela busca de interesses do país sem preconceitos ideológicos. Assim, a África passou a fazer parte dessa agenda política já que o presidente Jânio Quadros considerava que a elevação dos padrões econômicos dos povos africanos seria importante para catapultar a capacidade produtiva brasileira. E também seria uma espécie de recompensa pelo imenso débito que o Brasil tinha para com o povo africano.

⁶ PENHA, Eli Alves. Relações Brasil-África e geopolítica do Atlântico Sul. Salvador: Ed. UFBA, 2011, p. 150.

⁷ Ibidem, p. 152.

Esta política do governo Quadros para com a África sofreu forte oposição quer interna quer externa. Internamente temia-se que a política africana, associada à abertura para a Europa do Leste, fosse representar um alinhamento radical aos regimes comunistas. Externamente, o PEI sofria “revezes da diplomacia portuguesa por considerá-la contrária aos interesses coloniais portugueses na África⁸”.

Apesar da descontinuidade da PEB em relação à África expressa pela oposição interna assim como externa, houve um desenvolvimento considerável em termos de relações bilaterais entre o Brasil e vários países da margem do Atlântico, nomeadamente, a abertura de embaixadas brasileiras em Rabat (Marrocos), Acra (Gana), Dacar (Senegal) e Lagos (Nigéria) para além da criação de um posto diplomático no Mali. Por sua vez, alguns países africanos enviaram missões diplomáticas ao Brasil, dentre eles, Gana e Senegal.

Na comunidade acadêmica também houve apoio considerável à política africana do Brasil. Esse apoio influenciou a criação do Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos (IBEAA), em 1961, com o objetivo de tornar consistente o discurso de aproximação do Brasil à África, para além da aproximação do Itamaraty à academia por meio de estudos e do acompanhamento político das conjunturas africanas e asiáticas. Mas apesar da criação do instituto assim como o empenho dos intelectuais e o esforço do governo, a África continuou desconhecida pela maioria da população, fato que dificultou maior aproximação por não contar com o apoio da opinião pública brasileira⁹.

A grande ilação que se tira da política externa do Governo Quadros/Arino é que apesar de não ter vingado devido à oposição interna e externa, como anteriormente se destacou, acabou, de alguma forma, reaproximando o Brasil a África, marcando, na ótica de alguns autores como Júnior¹⁰, “um expressivo ativismo de cooperação Sul-Sul no período”. Esse processo criou bases para que os governos subsequentes encontrassem um terreno fértil para desenvolver novas parcerias com países africanos, que atingiu o auge durante o Governo Lula (2003-2010), como se poderá demonstrar a seguir.

1.2 Governo Lula e o catapultar das relações Brasil - África

⁸ Ibidem.

⁹ JÚNIOR, Wilson Mendonça. Política externa e cooperação técnica: as relações do Brasil com a África durante os anos FHC e Lula da Silva. Editora D'Plácido, Belo Horizonte, 2013, p. 61

¹⁰ Ibidem, p.53

Antes de se entrar na discussão sobre o papel do governo Lula nas relações Brasil - África e, sem se querer estabelecer comparações, parece importante, também registrar de forma breve, o papel do governo FHC (Fernando Henrique Cardoso) nessa relação. Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luiz Lula da Silva (2003-2010) são figuras incontornáveis para a atual fase das relações entre o Brasil e a África. Na visão de Cervo e Bueno¹¹, foram dois homens de Estado determinantes para a evolução do modelo brasileiro de inserção internacional, na passagem do século XX para o XXI, embora o primeiro nutrisse suas ideias e decisões com a filosofia política neoliberal e o segundo com a da missão logística do Estado.

Esta posição também é apoiada por Vigevani e Cepaluni¹² (2007). Na visão destes autores, no governo Lula não houve ruptura significativa com paradigmas históricos da política externa do Brasil. O que houve foi uma significativa mudança nas ênfases dadas a certas opções abertas anteriormente à PEB, sendo, algumas das diretrizes, desdobramentos e reforços de ações já em curso na administração FHC:

Consideramos ambos os governos (FHC e Lula da Silva) como representantes de tradições diplomáticas brasileiras distintas, apresentando diferenças nas ações, nas preferências e nas crenças, buscando resultados específicos muito distintos no que diz respeito à política externa, mas procurando não se afastar de um objetivo sempre perseguido: desenvolver economicamente o país, preservando, ao mesmo tempo, certa autonomia política¹³.

Como se referiu anteriormente, o Governo Quadros/Arino desempenhou um papel preponderante na reaproximação entre o Brasil e a África. Entretanto, a oposição interna e externa a PEI do governo retrocedeu essas relações nas duas décadas seguintes. A retomada de novos acordos de cooperação entre as duas partes só voltou a acontecer com a redemocratização, no Brasil. Isso aconteceu durante o primeiro ano do governo Fernando Henrique Cardoso com a assinatura de acordo de cooperação técnica com a Namíbia¹⁴.

No entanto, o que marcou a gestão FHC na relação com a África foi o predomínio da seletividade de parcerias, “com um expressivo predomínio das relações com os países lusófonos”, como assinala Wilson Mendonça Júnior. Fora da esfera dos

¹¹ CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. História da Política Exterior do Brasil. Editora UnB. 4a Edição. Brasília, 2011, p.

¹² VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A Política Externa de Lula da Silva: A Estratégia da Autonomia pela Diversificação. Revista Contexto internacional. Volume 29, no 2: Rio de Janeiro July/Dec. 2007, p. 273-335.

¹³ VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A Política Externa de Lula da Silva: Op. Cit, p. 275.

¹⁴ JÚNIOR, Wilson Mendonça. Política externa e cooperação técnica: as relações do Brasil com a África durante os anos FHC e Lula da Silva. Op Cit, p.66

países lusófonos, durante a sua gestão, FHC cooperou com apenas cinco países africanos, nomeadamente, África do Sul, Namíbia, Nigéria, Tunísia e Zimbábue.

A gestão Lula foi a que mais atenção prestou para a África. Na verdade, trata-se de um período que coincide com a ascensão de novas potências no cenário internacional (com destaque para o Brasil, China e Índia), o que causa(ou), de alguma forma, um certo alvoroço nas potências tradicionais (Estados Unidos, Inglaterra e França, em particular), já que essas potências em ascensão – como Amrita Narlikar¹⁵ sublinha – vem articulando, entre si, a possibilidade de assumirem um papel de destaque no plano internacional. Nesse âmbito, não se pode negar que a África tenha virado um espaço fértil para a disputa entre essas potências uma vez que as tradicionais que até certo ponto detinham uma espécie de monopólio no continente estavam diante de três novos gigantes na disputa.

O governo Lula soube aproveitar essa situação, não só para estender a PEB em África, mas também para outras partes do mundo. Embora nos primeiros dois anos do mandato (2003 e 2004) o presidente Lula tenha enfrentado grandes entraves, como por exemplo, limitação orçamentária e insuficiência de recursos humanos e, em razão dessa situação, ter conservado os acordos precedentes, sobretudo com Moçambique e Angola¹⁶, nos dois anos seguintes (2005 e 2006) houve um aumento expressivo de acordos de parceria com países africanos, enquadrando-se novas fronteiras de inserção da política externa do Governo Lula, como Sudão, Guiné Equatorial, Gâmbia, Etiópia e Benin. Em termo de acordo, como mostra Júnior (2013), no segundo mandato do Governo Lula houve um crescimento expressivo em 470,37%.

As relações Brasil-África quer bilaterais ou multilaterais, têm-se estendido para várias áreas, sendo as mais notáveis na visão de Vizentini¹⁷ áreas de comércio e investimento (destacando-se os setores petrolíferos, de mineração e infraestruturas), saúde, ciência e tecnologia, diplomacia e em segurança e defesa, para além de adoção de programas efetivos como a fome zero. Logo surgem políticas afirmativas, que procuravam integrar os afrodescendentes aos avanços da sociedade brasileira. Isto *per se* demonstra claramente o quanto a África esteve em evidência na agenda da PEB durante o governo Lula, tornando-se um dos principais focos da cooperação Sul-Sul. Por isso estas razões, o Governo Lula mexeu, também na estrutura interna do Itamaraty,

¹⁵ NARLIKAR, Amrita. Negotiating the rise of new powers. *International Affairs* 89: 3 (2013) 561–576

¹⁶ JÚNIOR, Wilson Mendonça. Política externa e cooperação técnica: as relações do Brasil com a África durante os anos FHC e Lula da Silva. *Op Cit*, p.73

¹⁷ VIZENTINI, Paulo Fagundes. A África e as Potências Emergentes: Nova partilha ou cooperação Sul-Sul. *Op. Cit.* p. 93.

dividindo o Departamento da África e do Oriente Médios para dar lugar a mais um departamento, voltado unicamente para o continente africano, para além da criação da Divisão de África III a já existentes Divisões I e II¹⁸.

2. Relação Brasil- Moçambique

2.1 Antecedentes

O vínculo Brasil – Moçambique, tal como a história das primeiras relações Brasil/África, remonta ao período de tráfico de escravos. No Dicionário de Negreiros em Moçambique, 1750-1897¹⁹, José Capela (2007), partindo da enumeração de dados sobre viagens de navios de negreiros que saíram de portos de diversas partes de Moçambique, em particular Quelimane (circuito dos grandes fornecedores do tráfico negro a longa distância), mapeia os principais agentes traficantes e os destinos para os quais os escravos eram levados. A partir desses dados é possível perceber que maior parte dos navios negreiros que saíram de Moçambique tinha como destino o Rio de Janeiro. Esse processo envolvia funcionários alfandegários e altas patentes militares portuguesas, alguns que acabaram sendo do domínio do cônsul de Portugal no Rio de Janeiro por serem os mais ricos portugueses no Estado. Esta situação aconteceu durante o auge da clandestinidade do tráfico de escravos (meados do século XIX).

No século XX as relações tomaram uma nova dimensão quer no âmbito político quer no âmbito econômico. Devido a falta de apoio do Brasil ao movimento que lutou contra o colonialismo, as relações entre ambos os países eram frias. Esta situação pode ser justificada pela posição do Brasil no cenário internacional durante o período em que se deu início a luta de libertação nacional (1964). Como se referiu anteriormente, o Brasil passava por uma situação turbulenta na política interna que culminou com a implantação da ditadura, em 1964, e um posterior “alinhamento automático com os Estados Unidos nos três anos iniciais do regime militar²⁰”.

Importante sublinhar que, vivendo-se, na altura, num mundo bipolar, provavelmente o alinhamento com os Estados Unidos tenha influenciado para que Brasil não apoiasse a independência de Moçambique, já que o movimento de libertação nacional estava a receber apoio militar de países do Leste da Europa, em particular da

¹⁸ Ibidem

¹⁹ CAPELA, José. Dicionário de Negreiros em Moçambique, 1750-1897. Editor: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto. Novembro/2007. p.49

²⁰ VIZENTINI, Paulo Fagundes. O Brasil e o mundo. A política externa e suas fases. Op. Cit, p. 141.

antiga União Soviética. Se uma das justificativas do golpe militar no Brasil tinha a ver com a necessidade de impedir uma possível instauração do comunismo no país, é certo que, tendo o Brasil se alinhado aos EUA, dificilmente fosse se envolver com países apoiados pela URSS.

A partir de 1985 a relação Brasil – Moçambique ganha novos contornos depois de um encontro entre o malgrado presidente moçambicano Samora Machel e o então presidente brasileiro José Sarney, num evento da ONU, em Nova Iorque. Esse encontro foi uma ponte importante para o reencontro do Brasil não só com Moçambique, mas também para com alguns países africanos, uma vez Samora Machel ter feito um convite oficial ao presidente José Sarney para visitar Moçambique e a África²¹. Os dois presidentes abordaram questões de natureza econômica que atualmente continuam marcando as relações entre os dois países. Alguns assuntos específicos como o carvão, madeira e mármore do lado de Moçambique e tecnologias para a inventariação desses recursos naturais no país, do lado do Brasil, fizeram parte do debate.

Mesmo com a morte de Samora Machel, em 1986, José Sarney manteve firmes as relações Brasil – Moçambique com o sucessor do Machel, Joaquim Alberto Chissano. Na primeira visita oficial efetuada por um estadista Moçambique ao Brasil, em 1988, Sarney, em seu discurso ao Senado, manifestou a sua indignação pelas investidas sul-africanas no território moçambicano e condenou “a violação, pelo Governo sul-africano, da letra e do espírito do Acordo de Incomati e do Compromisso de Lusaka, ao persistir no seu apoio as forças irregulares que procuram levar o medo e a destruição a diferentes quadrantes dos solos moçambicano e angolano²²”. Nesta altura, o governo brasileiro tinha enviado a Moçambique consultores da área de carvão, seguindo a linha discutida no primeiro encontro de Nova Iorque com Samora Machel. Neste momento se examinava novos caminhos de cooperação na área de comércio, intercâmbio científico-tecnológico e a extensão de relações a outros níveis. Estes aspectos vieram se concretizar nos governos subsequentes, primeiro com a primeira visita a Moçambique de um presidente brasileira (Fernando Collor de Mello, em 1990,) e, em particular com FHC e Lula como se poderá constatar a seguir.

2.2. Situação atual das relações Brasil – Moçambique

²¹ TORIBIO, Luiz A. Sarney chega ao Brasil em sintonia com o mundo. *Jornal de Brasília*, 26 de setembro de 1985.

²² Discurso do Presidente José Sarney na recepção a Joaquim Chissano no Palácio do Itamaraty, em 08 de abril de 1988. De política exterior do Brasil, número 57, abril, maio e junho de 1988. Discurso disponível em: https://cafemundorama.files.wordpress.com/2011/11/rpeb_57_abr_mai_jun_1988.pdf. Acessado em: 01 de dezembro de 2014.

Pelo que vem sendo descrito desde o início deste texto tudo indica que Moçambique esteve sempre presente na PEB, mesmo nos momentos em que houve certa estagnação nas relações Brasil – África. Se o presidente Lula impulsionou as relações Brasil – Moçambique, dentro da nova política externa Sul-Sul do Brasil, que reforçou a integração entre os países em desenvolvimento, parece que não seria nenhum exagero afirmar que os seus antecessores foram importantes para esse sucesso, ao terem preservado ao longo de tempo as relações com o país. Das nove vezes que o presidente Lula visitou a África, em cinco delas visitou Moçambique, enquanto o seu antecessor, FHC, tinha visitado em duas ocasiões²³. E a presidente Dilma, na sua primeira visita como presidente do Brasil contemplou Moçambique, onde participou de reunião com empresários brasileiros e reuniu-se com o atual presidente, Armando Guebuza. Estas visitas demonstram a importância que o Brasil vem dando a Moçambique na sua política externa.

O passo mais largo nas atuais relações Brasil – Moçambique foi dado em 1998, no decurso do governo FHC, quando o governo moçambicano abriu uma embaixada em Brasília. No ano 2000, o Brasil perdoou a dívida de Moçambique, em cerca de 95%, além de financiar a criação de um projeto de treinamento de pessoal em administração pública. Embora FHC não tenha dado muita atenção à África, parece que em relação a Moçambique a situação foi diferente. Essa relação tornou possível que em Junho do ano seguinte Brasil recebesse, a primeira visita oficial de um presidente moçambicano, Joaquim Alberto Chissano, que acompanhou o presidente FHC à reunião de cúpula do MERCOSUL, em Assunção.

Mas, também não restam dúvidas de que o governo Lula tenha dado uma maior dimensão a essa relação. Durante este governo, abriu uma linha de crédito US\$ 1 bilhão para o governo de Angola e Moçambique²⁴. Em “a África e as Potências Emergentes: Nova Partilha ou Cooperação Sul-Sul” de Paulo Vizontini é possível encontrar dados que mostram o impacto do governo Lula nessas relações, em particular para Moçambique. Pode-se citar atuação conjunta da Petrobras e ENH (Empresa Nacional de Hidrocarbonetos – Moçambique) na produção de biocombustíveis; a Odebrecht que atua em projetos de desenvolvimentos de infraestruturas no país, incluindo as infraestruturas do complexo carbonífero de Moatize explorado pela Vale; a empresa Camargo Correa atua na área de energia, mineração, transporte; na saúde o

²³ VIZENTINI, Paulo Fagundes. A África e as Potências Emergentes: Nova partilha ou cooperação Sul-Sul. Op. Cit. pp.93, 94.

²⁴ CAU, Hilário S. A Construção do Estado Moçambicano e as Relações Com o Brasil. 14 de abril de 2011, 132fls, Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 14 de abril de 2011.

Brasil atua no combate ao HIV/AIDS e malária; na agricultura, com implantação de novas culturas agrícolas; bolsa família. Há em Moçambique mais projetos da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) que em todos os demais Estados da África Austral e Oriental somados e o impacto do crescimento dessa cooperação se traduz também em aumento das relações comerciais consolidado a partir de 2003²⁵.

Milani & Pinheiro falam de um movimento, nos últimos anos, de internacionalização de uma extensa pauta de políticas públicas do Brasil. Moçambique parece traduzir esse sentido, considerando o fato de ser o país que mais recebe projeto da ABC na sua região, para além de albergar um escritório internacional da Fiocruz África, que articula, acompanha e avalia os programas de cooperação em saúde desenvolvidos pelas unidades da Fiocruz com os países africanos²⁶.

Pode se dizer, para concluir, que o sonho de José Sarney e Samora Machel, no encontro de 1985, em Nova Iorque, se tornou uma realidade. Hoje é possível perceber que ambos os países podem contar com uma agenda de política externa de interesse comum pautada segundo os processos de cooperação.

Considerações finais

É indubitável que a PEB para a África tenha sido marcada, ao longo do tempo, por avanços e recuos. Mas, mesmo assim, o Brasil manteve relações diplomáticas com alguns países africanos, mesmo nos períodos de crise quer interna (tomada do poder pelo regime militar) ou externa (guerra fria). Ou seja, o Brasil procurou selecionar os seus parceiros africanos neste período de acordo com a conjuntura e os interesses que o país procurava salvaguardar em cada época.

Esta política de seletividade de parcerias predominou até ao governo FHC. Entretanto, foi no governo Lula que uma atenção especial foi dada à África, intensificando os laços de ajuda mútua dentro do espectro da Cooperação Sul-Sul.

Pode-se dizer que Moçambique vem ganhando um espaço de relevo na PEB desde o primeiro encontro entre um presidente brasileiro e moçambicano, em 1985. Desde esse momento, todos os presidentes que se seguiram no Brasil, visitaram Moçambique e vice-versa, com maior destaque para o presidente Lula, que visitou por cinco ocasiões e, incrementou e elevou as relações para vários âmbitos e hoje o país é o

²⁵ VIZENTINI, Paulo Fagundes. A África e as Potências Emergentes: Nova partilha ou cooperação Sul-Sul. Op. Cit. p.96.

²⁶ MILANI, Carlos R. S.; PINHEIRO, L. Política externa brasileira: os desafios de sua caracterização como política pública. Contexto Internacional (PUCRJ. Impresso), v. 35, p. 11-41, 2013.

que tem mais projetos da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do que todos os demais Estados da África Austral e Oriental somados. O perdão da dívida de Moçambique para com o Brasil, em volta de 95%, é um dos sinais claros de que as relações entre ambos os países estão bem encaminhadas.

Recebido em 30 de março de 2018 e aprovado para publicação em 14 de abril de 2018